

# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Prefeitura Municipal de Manoel Viana

LEI Nº: 2500, DE 30 DE AGOSTO DE 2017.

*Institui o Programa de Incentivo à Regularização e Recuperação Fiscal – REFIS com a Fazenda Pública do Município de Manoel Viana – Exercício 2017 – e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL, faço saber, em disposto no artigo 56, da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono e Promulgo a presente Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a editar e instituir o Programa de Incentivo à Regularização e Recuperação Fiscal para com a Fazenda Pública do Município de Manoel Viana – REFIS Exercício 2017 – com o objetivo de promover a quitação de débitos tributários e não tributários municipais do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, cujo fato gerador tenha ocorrido até o dia 31 de dezembro de 2016, com anistia incidente sobre a multa e juros de mora, nos percentuais e prazos estabelecidos nesta Lei Complementar, visando o ingresso de receitas municipais originárias dos seguintes tributos, taxas e contribuições:

- I – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;
- II – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
- III – Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCRS;
- IV – Taxas de expediente e emolumentos – TEE;
- V – Contribuições de melhoria – CM;
- VI – Multas por infração à Legislação do Município;
- VII – IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul;
- VIII – Outros Débitos não Tributários.

Art. 2º Ficam excluídos do REFIS 2017 os débitos procedentes das seguintes origens:

- I – Administração Indireta do Município;
- II – preços públicos;
- III – contratos administrativos;
- IV – outros débitos passíveis de inscrição em Dívida Ativa, não abrangidos por esta Lei.

Art. 3º Considera-se crédito favorecido por esta Lei o montante obtido pela soma dos valores da multa punitiva, da multa moratória e dos juros apurados na data da homologação do REFIS 2017, excluindo-se o valor principal do crédito, bem como sua atualização monetária.

Art. 4º O REFIS 2017 será administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda mediante assinatura do *Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento* ouvido, quando necessário ou conforme o caso, a Procuradoria-Geral do Município, que se manifestará por parecer escrito e fundamentado.

Art. 5º Quando o parcelamento se referir a créditos inscritos em *Certidão de Dívida Ativa – CDA* ajuizadas, os pedidos serão analisados também pela Procuradoria-Geral do Município, observados os requisitos e demais condições estabelecidas nesta Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MANOEL VIANA  
PROMULGO, que a presente  
foi lida no mural de publicações no período  
de 30/08/17 à 14/09/17  
de acordo com o art. 93 da Lei orgânica do Município.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Prefeitura Municipal de Manoel Viana

Art. 6º O ingresso no REFIS 2017 dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de regularização de débitos com o Município incluso no Programa, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

Art. 7º A homologação do ingresso ao REFIS 2017 dar-se-á no momento do pagamento da primeira parcela.

Art. 8º O REFIS 2017 aplica-se igualmente aos créditos originários de denúncia espontânea de débitos fiscais tributários ou procedimentos fiscais em curso, cujo fato gerador tenha ocorrido até o dia 31 de dezembro de 2016, que sejam apresentados na repartição fazendária no período da vigência desta Lei Complementar.

Art. 9º No ato da opção pelo REFIS 2017, o sujeito passivo deverá apresentar seu CPF/CNPJ e comprovante de endereço para o fim de promover atualização cadastral.

Art. 10. Em se tratando de pessoa jurídica, a opção e a confissão de dívida serão subscritas por representante legal ou mediante autorização do titular do débito, devidamente identificado, com apresentação das respectivas cópias do Contrato Social e do número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

Art. 11. Quando o interessado, no ato do parcelamento, for representado por procurador, será exigido instrumento de mandato particular especificamente outorgado para este fim.

Art. 12. A opção pelo REFIS 2017 implica, ainda, a manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal e na suspensão da execução.

Art. 13. A opção pelo Programa sujeita o optante:

I – à aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida tendo-a como líquida, certa e exigível, importando em confissão extrajudicial;

II – a desistência expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte, bem assim da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos em que se funda a ação judicial e o pleito administrativo;

III – à aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS 2017;

IV – em expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial quanto ao valor e procedência da dívida ora confessada, bem como desistência dos já interpostos, devendo a renúncia ser comprovada por documento hábil até a data da adesão ao REFIS 2017;

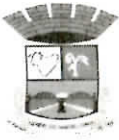
V – na atualização monetária das parcelas, de acordo com o estabelecido na legislação municipal.

§ 1º A comprovação da desistência da ação ou embargos deverá ser feita em até 10 (dez) dias após o pedido de adesão ao REFIS 2017, sob pena de exclusão do Programa.

§ 2º Somente será considerada a desistência parcial de impugnação e de recurso administrativos interpostos ou de ação judicial proposta se o débito objeto de desistência for passível de distinção dos demais débitos discutidos no processo administrativo ou na ação judicial.

§ 3º O pagamento à vista ou a inclusão nos parcelamentos de débitos que se encontrem com exigibilidade suspensa em razão de impugnação ou de recurso administrativo implicará desistência tácita destes.

§ 4º A adesão dos contribuintes *sub judice* ao REFIS 2017 será comunicada à Procuradoria-Geral do Município que opinará, motivadamente, pelo deferimento ou não do pedido e, sendo o caso, requererá ao juízo competente a suspensão de eventuais execuções fiscais, pelo tempo necessário do parcelamento, no prazo de até



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Prefeitura Municipal de Manoel Viana

10 (dez) dias úteis.

§ 5º Liquidada a dívida nos termos desta Lei, o Município informará o fato ao Juízo da execução fiscal e pleiteará a extinção do processo pertinente, com fundamento no artigos 924, incisos II e III, da Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil.

§ 6º O pedido de pagamento nas condições previstas nesta Lei não dispensa o contribuinte do pagamento das custas e emolumentos judiciais.

Art. 14. A apuração dos créditos obedecerá aos seguintes critérios:

I – será concedida anistia de 100% (cem por cento) para a multa moratória;

II – ao montante apurado na forma desta Lei serão aplicados juros simples de 1%(um por cento) ao mês sobre o saldo devedor de cada cota do parcelamento;

III – se o débito estiver em regime de parcelamento ou reparcelamento, o benefício fiscal abrangerá somente as parcelas não pagas, incluídas aquelas inadimplidas, sendo vedada qualquer revisão das parcelas já quitadas;

§ 1º O débito consolidado poderá pago à vista ou em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis até o último dia útil de cada mês, sendo o valor de cada parcela determinado pela divisão do montante consolidado pelo número de parcelas pretendidas pelo optante, obedecido o valor mínimo de R\$ xx,00 (xx reais) para débitos de pessoas físicas e R\$ xx,00 (xx reais) para débitos de pessoas jurídicas.

§ 2º Possuindo o sujeito passivo débitos decorrentes de fatos geradores distintos, serão emitidos parcelamentos específicos e individualizados;

Art. 15. A adesão ao programa e a consolidação do crédito na forma da Lei, não prejudica o lançamento de créditos relativos a fatos geradores cuja ocorrência venha a ser verificada posteriormente, enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública de constituir o crédito.

Art. 16. Este programa não gera crédito para sujeitos passivos que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

Art. 17. A não inclusão ao programa de determinado débito do sujeito passivo, dependerá de fundamentado esclarecimento das razões, instruído com a pertinente documentação, e decisão da Secretaria de Fazenda, ouvido a Procuradoria-Geral do Município.

Art. 18. O parcelamento do débito consolidado ou pagamento em cota única implicará na anistia dos valores correspondentes a juros moratórios apurados até a data da consolidação, nos seguintes percentuais:

I - Cota Única: 100% (cem por cento);

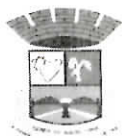
II - Em 06 vezes: 90% (noventa por cento)

III - Em 12 vezes: 70% (setenta por cento);

IV - Em 24 vezes: 50% (cinquenta por cento);

V - Em 36 vezes: 20% (vinte por cento).

§ 1º. Os benefícios previstos nesta Lei não serão cumulativos com qualquer outro admitido em legislação própria.



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Prefeitura Municipal de Manoel Viana

§ 2º Em se tratando de créditos já executados judicialmente, garantidos por meio de penhora ou indisponibilidade de ativos financeiros em nome do executado com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (penhora ou bloqueio *online*), o deferimento do parcelamento fica condicionado na conversão desses valores em renda ao erário municipal, parcelando-se o saldo remanescente na forma deste REFIS 2017.

§ 3º Na adesão ao REFIS 2017 o optante dar-se-á por citado em toda e qualquer ação em trâmite judicial envolvendo débitos submetidos ao pedido de parcelamento.

§ 4º Os contribuintes que aderirem ao REFIS 2017 terão, em relação aos débitos tributários ajuizados ou em discussão judicial, que forem parcelados e pagos, isenção dos honorários advocatícios de qualquer ação ordinária, embargos do devedor e execução fiscal, bem como em relação aos incidentes processuais.

Art. 19. Para a inclusão no programa REFIS 2017, deverá ser observado o seguinte:

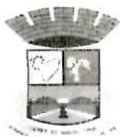
- I – No caso de créditos relativos ao IPTU, será admitida a quitação por cadastro e exercício.
- II – Somente serão extintas as cobranças judiciais de IPTU se o contribuinte quitar todas as dívidas constantes de um mesmo processo judicial;
- III – No caso de créditos relativos ao ISSQN e TAXAS será admitida a quitação por exercício.
- IV – Somente serão extintas as cobranças judiciais de ISSQN e TAXAS se o contribuinte quitar todas as dívidas constantes de um mesmo processo judicial;
- V – No caso de créditos não ajuizados de autuações fiscais, será admitida a quitação por autuação;
- VI – Qualquer forma de parcelamento de IPTU deve incluir todos os débitos de um mesmo imóvel;
- VII – Qualquer forma de parcelamento de ISSQN e TAXA deve incluir todos os débitos da mesma inscrição municipal;

Art. 20. O contribuinte será excluído do Programa REFIS 2017, mediante ato do(a) Secretário(a) de Fazenda, nas seguintes hipóteses:

- I – deixar de atender uma das exigências desta Lei Complementar;
- II – inadimplemento de 03 (três) parcelas consecutivas ou alternadas, relativamente ao parcelamento realizado;
- III – deixar de promover a atualização cadastral no ato da adesão ao REFIS 2017.
- IV – Falência ou extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica, ou insolvência de pessoa física;
- V – Prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do sujeito passivo optante, devidamente comprovado, após exaurirem-se os prazos para a ampla defesa do contribuinte e de decisão administrativa transitada em julgado.

§ 1º A exclusão do contribuinte, ou sua retirada mediante pedido próprio, do REFIS 2017 acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, com a revogação dos descontos concedidos, aplicando-se sobre o montante devido, os acréscimos legais previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, executando-se automaticamente as garantias eventualmente prestadas.

§ 2º Após a exclusão ou retirada do contribuinte, este somente poderá ingressar novamente no



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Prefeitura Municipal de Manoel Viana

Programa para optar pela condição de pagamento à vista.

Art. 21. A anistia concedida pela presente Lei Complementar não enseja qualquer restituição de quantias pagas, nem compensação de dívidas.

Art. 22. Aos contribuintes, pessoa física ou jurídica, será facultado optar pela solicitação de baixa de cadastro econômico municipal, no momento da opção ao REFIS 2017.

§ 1º O procedimento mencionado no *caput* terá tramitação simplificada, bastando para tanto a assinatura de formulário de baixa de inscrição municipal a ser fornecido por servidor da Fazenda Municipal, no momento da Adesão ao REFIS 2017.

§ 2º O processamento da baixa fica condicionado à quitação total dos débitos fiscais do contribuinte e ao pagamento da taxa inerente ao procedimento, caso devida.

§ 3º Após a quitação das dívidas, a Secretaria da Fazenda deverá processar a baixa do cadastro municipal requerido, independentemente de qualquer outra manifestação do contribuinte.

Art. 23. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a promover os ajustes necessários no orçamento financeiro de 2017, conforme for o caso, em decorrência da presente Lei.

Art. 24. Os benefícios da presente Lei cessarão em 30 de novembro de 2017.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manoel Viana, RS, 30 de agosto de 2017.



Jorge Gustavo Costa Medeiros  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se



Gilberto Vieira Martins  
Secretário de Governo, Planejamento, Indústria e Comércio



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Prefeitura Municipal de Manoel Viana

### JUSTIFICATIVA:

Senhores Vereadores.


Pelo presente encaminho o Projeto de Lei, que trata sobre o Programa de Incentivo à Regularização e Recuperação Fiscal – REFIS com a Fazenda Pública do Município de Manoel Viana visa buscar a recuperação da dívida fiscal do Município, com isso a entrada de recursos nos cofres públicos.

É notório que atualmente a dívida fiscal e outras ultrapassam montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), diante disso, e levando em consideração a crise econômica que estamos atravessando é necessário buscarmos meios, que possibilite e proporcione aos devedores possibilidades de quitarem seus débitos com a fazenda pública.

Certos de contarmos com a compreensão e colaboração dos Vereadores aguardamos a provação da matéria.

Atenciosamente.

Manoel Viana, 30 de agosto de 2017

  
Jorge Gustavo Costa Medeiros  
Prefeito Municipal